

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 040

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 035ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE MAIO DE 1999
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 192/99, de nossa autoria, que institui o Programa de Erradicação da Febre Aftosa no Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, 10.05.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná reúne todas as condições de se tornar o maior exportador de carne bovina do Brasil.

Nos últimos anos ocorreu um crescimento quantitativo e qualitativo no Paraná, ao contrário dos outros estados da federação.

O rebanho paranaense de bovinos perde somente para o Rio Grande do Sul.

Justificamos, para obter Regime de Urgência, conseqüentemente com a tramitação rápida por considerarmos da maior importância para o Paraná.

REQUERIMENTO Nº 855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formação de uma Comissão Parlamentar, composta por 05 (cinco) membros, nomeados pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para emergencialmente vistoriar as áreas de terras desocupadas pela Polícia Militar nos últimos dias e elaborar parecer sobre as condições gerais encontradas nessas propriedades, haja vista que antes da ocupação do Movimento dos Sem Terra - M.S.T., todas as áreas eram consideradas produtivas e pelo que consta lamentavelmente as benfeitorias foram praticamente destruídas.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(aa) DURVAL AMARAL

LUIZ ACCORSI

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sra. Ivete Téu, com votos de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Alci Francisco Téu, que exerceu o mandato por três legislaturas em Guaraniáçu-PR.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

‘Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos

se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o precoce falecimento do eminente Vereador de Guaraniaçu, Alci Francisco Téu, um homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, que faziam com que ele fosse uma das principais lideranças em atividade no município.

Desde cedo, o ex-Vereador deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários, já nos primeiros anos de sua existência. Foi Patrão do CTG. Porteira do Paraná, vereador por três legislaturas, Secretário Geral da Prefeitura e Presidente do PMDB local. Trata-se de uma atuação destacada. E em todas as grandes decisões nos últimos vinte anos, o falecido, participou ativamente. Era um interlocutor respeitado, pois cumpria palavra e não abria mão facilmente de seu ponto de vista.

Infelizmente o passamento prematuro do Vereador Alci Francisco Téu, abriu uma lacuna, que dificilmente será preenchida em Guaraniaçu. Tanto que toda a comunidade ficou profundamente consternada e ainda chora o trágico acidente que ceifou sua vida.

Além dos dotes como político, era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento de pessoas menos protegidas pela sorte.

Eu, particularmente, perco não só um valeroso companheiro, mas sobretudo um leal e grande amigo. Por isso solicito que seja aprovado por essa colenda Casa de Leis a presente proposição, em homenagem aos serviços prestados em vida pelo combativo homem público, rogando a Deus que abençoe a sua família e que o receba, reservando-lhe um bom lugar na morada eterna.

REQUERIMENTO Nº 837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do industrial José Fernando Dissenha ocorrido dia 21 de abril/99 em União da Vitória.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 21 de abril, em União da Vitória, em lamentável acidente aviatório, o Industrial José Fernando Dissenha, com 41 anos de idade.

Deixou viúva Dona Vera Maria Novacki Dissenha e as filhas: Maria Fernanda, Marcela e Marina.

O passamento de José Fernando Dissenha veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo José Fernando Dissenha.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre José Fernando e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoei a família de José Fernando Dissenha para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo José Fernando sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue a luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e assim possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos deu participar.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Dissenha, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Senhor Adonai Aires de Arruda, alusivos a posse como Presidente da FEBRAC - Federação Brasileira de Asseio e Conservação, que ocorrerá no próximo dia 12 de maio de 1999.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lourenço Pinto, 196, CEP: 80010-160, Município de Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 839

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado voto de congratulações ao Ten. Cel. Aramis Linhares Serpa, pela sua posse no Comando do Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado do Paraná.

A solenidade em referência dar-se-á no Batalhão de Polícia Rodoviária, sito à Rua Tamoios, 1000 - Vila Isabel, no próximo dia 11.05.99 às 10:00 horas.

Justifica-se o presente no nosso conhecimento quanto à capacidade do novo comandante, a quem, almejamos os melhores votos de sucesso no exercício da nova missão.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 854

Senhor Presidente.

O Senhor Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo: votos de congratulações e aplausos à Senhora Sônia Aparecida Luciano Silva, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaratuba, extensivos aos demais membros da diretoria, professores, funcionários e colaboradores, pelos relevantes serviços prestados em prol das crianças portadoras de deficiências.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entidade filantrópica do Município de Guaratuba, fundada em março de 1988, agora sob a presidência da Senhora Sônia Aparecida Luciano Silva, juntamente com os demais membros da diretoria, professores, funcionários e colaboradores, vem desenvolvendo um excelente atendimento às crianças portadoras de deficiências daquele município, com empreendimentos dignos de louvor da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 842

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, reforçando solicitação de recursos para construção de galerias de águas pluviais no Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita com urgência de construção de galerias de águas pluviais.

Ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, foi apresentada Emenda de nº 6.112, acolhida dentro do Projeto Atividade 1136 da SEDU.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$80.000,00 foi protocolado naquela Secretaria de Estado sob nº 3.931.956-0 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 843

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, reforçando solicitação de recursos para obras de infra-estrutura urbana no Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita com urgência de obras de infra-estrutura urbana.

Ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, foi apresentada Emenda de nº 606, acolhida dentro do Projeto Atividade 1136 da SEDU.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$80.000,00 foi protocolado naquela Secretaria de Estado sob nº 3.931.957-8 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitação de recursos para manutenção da Creche Municipal do Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita com urgência de recursos para manutenção de sua Creche Municipal, onde atende 120 crianças, todas pertencentes à famílias carentes.

Ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, foi apresentada Emenda de nº 7128, acolhida dentro do Projeto Atividade 1094 da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$16.000,00 destinado a esta finalidade, foi protocolado naquela Secretaria de Estado sob nº 3.931.953-5 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, reforçando solicitando de recursos para aquisição de equipamentos para o Centro de Convivência de Idosos do Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, 10.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita com urgência de recursos para aquisição de equipamentos para o Centro de Convivência de Idosos, onde são atendidos idosos carentes do município.

Com este objetivo, foi apresentada ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, Emenda de nº 7129, acolhida dentro do Projeto Atividade 1096 da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$40.000,00 destinado a esta finalidade, foi protocolado naquela Secretaria de Estado sob nº 3.931.954-3 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 846

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Saúde, reforçando solicitação de recursos para aquisição de uma ambulância para o Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita com urgência de recursos para aquisição de uma ambulância para transporte de pacientes.

Com este objetivo, foi apresentada ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, Emenda de nº 607, acolhida dentro do Projeto Atividade 2241 da Secretaria de Estado da Saúde.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$24.000,00 destinado a esta finalidade, foi protocolado naquela Secretaria de Estado sob nº 3.931.948-9 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 847

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, reforçando solicitando de recurso para instalação de iluminação pública no Município de Conselheiro Mairinck.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Conselheiro Mairinck, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, necessita com urgência de instalação de iluminação pública.

Ao Orçamento do Governo do Estado para o exercício financeiro de 1999, foi apresentada Emenda de nº 608, acolhida dentro do Projeto Atividade 1136 da SEDU.

Processo solicitando recursos financeiros de R\$80.000,00 foi protocolado naquela Secretaria de Estado sob nº 3.931.955-1 e solicitamos reforço deste Poder Legislativo à nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para o Polícia Civil do Município de Cafezal do Sul.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Paulo Shizuo Takada, Prefeito Municipal (Rua Italo Orceli, 796), ao Vereador Antonio Marcos Morin, Presidente da Câmara Municipal (Rua Italo Orceli, 658) CEP: 87567-000.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para o Polícia Civil do Município de Engenheiro Beltrão.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Dalpont, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão (Rua Manoel Ribas, 160), ao Vereador José Martins de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP: 87485-000.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 30 (trinta) unidades de Casas Populares no Município de Alto Piquiri, através do "Programa Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Francisco Ferreira de Souza, Prefeito Municipal de Douradina (Av. Rio Branco, 470), ao Vereador Adonias Alves da Costa, Presidente da Câmara Municipal (Av. Barão do Rio Branco, 320) CEP: 87485-000.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 30 (trinta) unidades de Casas Populares no Município de Alto Piquiri, através do "Programa Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Cândido de Oliveira, Prefeito Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28), ao Vereador Valdecir Luiz Colombo, Presidente da Câmara Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28) CEP: 87230-000.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 30 (trinta) unidades de Casas Populares no Município de Alto Piquiri, através do "Programa Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Fernando Scanavaca, Prefeito Municipal (Av. Rio Branco, 3717 - CEP: 87501-130), ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Maringá, 4863) CEP: 87502-080.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) NELSON GARCIA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 226/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios, quando contratarem apresentações artísticas para eventos musicais, deverão garantir que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos artistas contratados sejam radicados no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) LUIZ FERNANDO LITRO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por finalidade assegurar um espaço para o artista paranaense, especialmente os músicos, que, muitas vezes, são preteridos em favor de artistas de outras regiões, diminuindo as possibilidades de serem apreciados e conhecidos pelo público de nossa terra.

A música feita no Paraná é reconhecidamente de grande qualidade. No entanto, órgãos públicos quando contratam shows para eventos como festas e feiras, quase sempre acabam por dar preferência a artistas de fora do Estado. Tal fato restringe o mercado de trabalho dos profissionais que aqui constroem suas carreiras e impossibilita um contato maior do público de nosso Estado com seus artistas.

Assim, nossa proposta em tela visa criar um incentivo para que o artista paranaense seja prestigiado em sua própria terra.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 227/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As pessoas jurídicas poderão, até o exercício fiscal de 2006, inclusive deduzir do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, incidente sobre o consumo de energia elétrica, as quantias referentes ao custo de cada novo emprego criado.

§ 1º - A dedução a que alude o *caput* deste artigo fica limitada a 50% (cinquenta por cento) do imposto devido.

§ 2º - Os valores serão deduzidos do imposto devido no mês subsequente à apuração e pagamento do custo de cada novo emprego criado.

§ 3º - Para efeito da apuração do valor a ser deduzido, tomar-se-á como custo de cada emprego a somatória do valor do salário do empregado mais os encargos diretos incidentes sobre ele.

Art. 2º - Para fins da dedução prevista nesta lei serão considerados novos empregos aqueles criados a partir da data de publicação da mesma.

§ 1º - As pessoas jurídicas, para se credenciar em neste programa de incentivo, deverão informar em formulário próprio o número de empregados que possuíam na data de publicação desta lei.

§ 2º - A informação referida no parágrafo anterior deverá ser apresentada à Secretaria de Estado da Fazenda no prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação da lei.

Art. 3º - Somente poderão usufruir da dedução prevista as pessoas jurídicas que comprovarem a criação de novos postos de trabalho nos termos da legislação trabalhista.

Art. 4º - A Secretaria de Estado da Fazenda fiscalizará a efetiva execução desta lei no que se refere à criação e manutenção dos novos postos de trabalho, bem como a correspondência entre os valores informados para dedução e os apurados com as despesas por emprego.

Art. 5º - Serão registrados dados estatísticos sobre a quantidade de empregos criados em face do que previsto nesta lei, devendo os mesmos serem divulgados semestralmente.

Art. 6º - O não cumprimento da obrigação assumida para a obtenção do incentivo de que trata esta lei, além do pagamento do imposto que seria devido, monetariamente corrigido e acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, acarretará a aplicação automática de multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor monetariamente corrigido do imposto.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa desta lei, pretendemos incentivar a abertura de novas oportunidades de emprego para a população radcada em nosso Estado, cientes de que o desemprego constituiu-se atualmente maior problema que nosso país enfrenta. Com a dedução de parcela do imposto incidente sobre o consumo de energia elétrica, especialmente as indústrias estabelecidas em nosso Estado terão a oportunidade de criar novas vagas. Se por um lado haverá a redução de impostos devidos ao Estado, por outro lado, com o aumento do número de empregados também as indústrias aumentarão sua produção, revertendo ao final com o aumento dos recolhimentos devidos. Com os

incentivos dados pelo Governo do Estado à implantação de novas indústrias no Paraná, nossa proposta é também incentivar a possibilidade do trabalhador paranaense conquistar novos espaços e oportunidades para atuar profissionalmente e garantir o sustento próprio e de suas famílias.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados para aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 228/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir linhas de crédito através de Programa de Apoio ao pequeno proprietário rural, destinados à aquisição de áreas e à realização de benfeitorias.

Art. 2º - Poderão ter acesso aos financiamentos cidadãos radicados no Paraná há mais de dois anos e que tenham comprovadamente relação profissional com a atividade agrícola.

Parágrafo Único - O agricultor somente poderá obter financiamento através do Programa de Apoio à aquisição de área uma única vez.

Art. 3º - Considerar-se-á para efeitos de dimensionamento máximo da área a ser financiada o módulo definido em lei como pequena propriedade rural.

Art. 4º - As benfeitorias para as quais poderão ser realizados financiamentos são as consistentes em construção de moradia, barracão para armazenamento de safras, instalações destinadas ao processamento da produção rural e equipamentos agrícolas.

Art. 5º - As linhas de crédito previstas nesta lei serão operacionalizadas por agência constituída pelo Estado do Paraná para atuar no fomento da produção, ou por órgão público cuja competência para tanto venha a ser definida em lei.

Art. 6º - As condições, garantias, prazos e valores máximos para os financiamentos serão definidos por ato do Poder Executivo.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) LUIZ FERNANDES LITTRO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente projeto de lei na medida em que o Estado do Paraná é eminentemente agrícola e praticamente inexistem linhas de crédito que possibilitem ao agricultor, especialmente o arrendatário e filhos de produtores rurais adquirirem sua área própria.

Acreditamos sinceramente que o estabelecimento de um programa que dê acesso ao financiamento para aquisição de pequenas áreas poderá minimizar em muito os problemas causados pelos movimentos que buscam conquistar a redistribuição de terras.

Com a implantação desse programa, as pessoas que verdadeiramente tenham relação com a produção agrícola e estejam interessadas em atuar nessa atividade, terão a oportunidade de adquirir o seu terreno, de forma justa, ou seja, pagando por aquilo que estará adquirindo, em prazos e condições adequadas para o caso.

Outrossim, também estamos pretendendo estabelecer por esta lei, facilidades para que o proprietário rural possa ampliar e melhorar suas condições de moradia e armazenamento de produtos, com o financiamento para a realização de benfeitorias rurais.

Assim sendo, esperamos o apoio dos nobres Deputados a esta iniciativa e a sensibilização do Poder Executivo, para transformar em lei nossa proposta.

PROJETO DE LEI Nº 229/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - As dependências físicas e as despesas de funcionário necessárias para o funcionamento da CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Almirante Tamandaré.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionário público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Almirante Tamandaré.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O Município de Almirante Tamandaré, através do seu desenvolvimento nos últimos anos, já faz por merecer a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito na sede do município.

A área de abrangência da CIRETRAN de Almirante Tamandaré a ser criada através deste projeto de lei, inclui o município vizinho de Campo Magro, que constitui uma região de grande concentração de veículos automotores.

Sendo assim, verificando a necessidade de criação da CIRETRAN de Almirante Tamandaré, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 230/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedada, em todo o território do Estado do Paraná, a discriminação na circulação de serviços em condomínios residenciais e/ou comerciais.

Art. 2º - Os síndicos dos condomínios que não acatarem o disposto no Art. 1º desta lei, ficam sujeitos ao recolhimento em reais ao equivalente a 1000 UFIRs, na data da infração, em favor do PROVOPAR - Ação Social - PR.

Art. 3º - Para que surta os efeitos necessários, a infração deverá ser anotada em registro próprio da Delegacia Policial mais próxima do condomínio infrator.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

Apesar da discriminação ser objeto de penalidades tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto da Constituição Brasileira, muitos síndicos continuam violando a lei, obrigando os serviços a se utilizarem de "elevadores próprios" e a não circularem em áreas comuns, além de outros tipos de discriminação.

Cremos que além de penas previstas em leis maiores, com a multa pecuniária o efeito será imediato, diminuindo as pressões sobre os denominados empregados domésticos.

O recolhimento da multa em favor do PROVOPAR redundará em incremento de recursos para as atividades sociais daquele voluntariado.

PROJETO DE LEI Nº 231/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná e de armas de brinquedo similares de arma, capaz de atemorizar outrem.

§ 1º - Ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

§ 2º - Os que estiverem cadastrados no Ministério do Exército, como atiradores ou colecionadores.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei, acarretará ao infrator as seguintes penalidades:

I - multa de 1.000 a 10.000 UFIRs;

II - apreensão do material previsto no artigo 1º desta lei.

III - interdição do estabelecimento.

Parágrafo Único - Estas penalidades não eximem o infrator de ações penais, que no caso couberem.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.99.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 9.437/97, criminaliza a posse e o porte ilegais de armas de fogo, mas não reprime com vigor a comercialização feita por estabelecimentos que raramente obedecem os critérios estabelecidos para a venda desse tipo de produto.

Sabemos que não é difícil adquirir uma arma de fogo nas muitas lojas que atuam na área, ou mesmo em lojas que comercializam materiais esportivos e de caça e pesca. O negócio é que quem compra acaba vendendo para um terceiro qualquer, contribuindo para recrudescer os estados beligerantes de nossas ruas.

O que fazer então? Proibir a venda. Vai acabar com a violência? Totalmente é impossível, mas irá contribuir para minorar a quantidade de armas existentes em nossas ruas, conduzidas por pessoas despreparadas e prontas para utilizá-las diante do menor sinal de perigo, mesmo que esse sinal seja fictício.

Grande parte do número de homicídios registrados pelos órgãos de segurança pública está ligado à posse e ao porte ilegal de armas. E a maioria dos crimes é cometida por cidadãos comuns, sem nenhuma passagem pela polícia.

Existem aqueles que dirão: “mas, e o camarada que compra a arma fora?” Sim, ele pode fazer isso, mas, no entanto, o cidadão comum tem receio de adquirir uma arma de forma irregular, justamente por temer as penalidades criminais a que está sujeito.

Este projeto não busca “salvar a pátria”, mas criar dificuldades para que as pessoas possam adquirir armas de fogo. Se conseguirmos que apenas uma pessoa seja desestimulada a comprar uma arma a partir da aprovação deste projeto, já terá valido a pena a sua aprovação.

Diante do exposto, rogo aos nobres Pares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justos**)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta as Lideranças do PSC, PDT, PL, PSDB, PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo o Horário da Liderança do PMDB neste momento, para registrar com satisfação, a oportunidade que tivemos na manhã de hoje, nas dependências do Edifício Humberto de Alencar Castelo Branco, participar de uma reunião onde ocorreu o lançamento de um grupo de trabalho, liderado pelo Procurador Joel Coimbra, com vistas ao acompanhamento de reforma tributária que está sendo discutida a nível de Brasil e a oportunidade foi valorosa, não só para nós, enquanto Parlamentar da Bancada Peemedebista, mas pelo fato de lá estarem presentes os Deputados Max Rosenmann e Gustavo Fruet, integrando a comitiva do valoroso Deputado Federal do Rio Grande do Sul, pela legenda do PMDB, Germano Rigoto, que é quem preside a Comissão de Reforma Tributária que está sendo discutida a nível de Câmara Federal, certamente será discutida a nível de Senado e, por conseguinte, a nível de Congresso Nacional. Esta comissão tem como relator o Deputado M. Themis e que está percorrendo o território brasileiro em reuniões, em debates, para buscar junto à opinião pública, junto aos setores organizados da sociedade, junto às federações, às associações, ao parlamento estadual, aos municípios e ao Estado, buscar os subsídios que se fazem necessários para que essa reforma tenha uma ampla discussão e amplo debate e possa a Reforma Tributária, contemplar os interesses dos municípios, estados e União, bem como também, das entidades representativas dos setores

produtivos rurais, comerciais e industriais deste país.

Naquela oportunidade, tomamos conhecimento de parte do relato que fez o Deputado Germano Rigoto, onde afirma que a própria Receita Federal, que os próprios organismos tributários deste País, arrecadação deste país, entende que alguns dos tributos hoje existentes, já se configuram na qualidade de lixo tributário e portanto, terão que ter um tratamento diferenciado e terão que ser eliminados da lista daqueles quase 60 tributos que hoje são colocados no ombro da população brasileira, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica.

De nossa parte, questionamos sobre a questão da imunidade tributária que hoje se coloca em cima dos combustíveis líquidos e gasosos e seus derivados e também em cima da energia elétrica.

Todos os nobres Deputados sabem o nosso Presidente Nelson Justus, o nosso Primeiro Secretário Annibelli, o nosso 2º Secretário Pugliesi, o Líder do Governo Valdir Rossoni, todos nós sabemos que o Paraná perde mais de 300 milhões de dólares por ano, pelo fato de que o ICMS não é cobrado da comercialização da energia elétrica produzida em território paranaense e vendido para outros estados, em especial, a energia elétrica produzida por Itaipu que vai direto para o Estado de São Paulo sem que tenhamos o pagamento de um centavo sequer de ICMS, por essa energia produzida em território para-naense.

Disse-nos o Deputado Germano, que embora esse seja um dos assuntos mais polêmicos, e também, nesse sentido fez considerações o Deputado Max Rosenmann, embora seja um dos assuntos mais polêmicos esse assunto será tratado, sim, por ocasião da Reforma Tributária, porque ele está no capítulo das imunidades tributárias. Só na questão do combustível, em função dessa imunidade tributária, hoje estamos aí assistindo uma sonegação de 1 bilhão de dólares, na movimentação de petróleo e seus derivados, pelos estados brasileiros.

Porque é comum Srs. Deputados, companheiros aqui presentes que uma determinada empresa, que comercializa combustível, tire a nota lá em São Paulo tendo como destinatário um consumidor seu aqui do Estado do Paraná ou em Santa Catarina. Mas esse produto jamais chega ao Paraná, permanecendo dentro do próprio Estado de São Paulo. É comum para ajustar essa situação de mercadoria que teria que ter vindo para cá e acabou ficando em São Paulo, que algumas pessoas que comercializam o produto, o combustível, emitam nota para o Estado de São Paulo, para os consumidores em São Paulo e o produto fica aqui dentro do nosso Estado.

Então esta questão da imunidade tributária vai ser tratada e me disse o Deputado Max Rosen-

mann:- “Pessuti, não adianta a gente querer tampar o sol com a peneira, a realidade desta questão da imunidade tributária é terrível, porque, hoje, no Brasil, temos em princípio quatro Estados que são produtores de energia, seja ela na forma de petróleo, energia natural, ou seja ela na forma de energia elétrica, daria para considerar apenas quatro produtores e, nós evidentemente, quatro contra vinte e três que se colocam só na condição de consumidores”.

Lembro-me Deputado Zuk, das muitas vezes em companhia de Vossa Excelência, do Deputado Algaci Tulio, do Deputado Nereu Moura estivemos a percorrer os Estado do Sul e até no Mato Grosso do Sul estivemos levando a bandeira da Revisão Constitucional, da Revisão Tributária que se fazia necessário, para que pudéssemos corrigir este pequeno detalhe, que para nós parlamentares é de fundamental importância, para que não venhamos a perder mais do que já estamos perdendo. Mas é difícil a solução segundo disse o Deputado Max, por essa razão se faz necessário a mobilização deste Parlamento, se faz necessário o Presidente Nelson Justus, que possamos constituir a nível deste Parlamento, se ainda não estiver funcionando, porque na legislatura passada nós tínhamos uma Comissão de acompanhamento da reforma Tributária que se discute neste país, para que possamos a Assembléia Legislativa, a Associação de Municípios, as Federações dos Municípios do Paraná, o Governo do Estado agirmos de forma solidária, de forma conjunta para que na Revisão Constitucional, que tratar do assunto Reforma Tributária estejamos lá presente defendendo os interesses do Paraná.

Concedo o aparte, ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Fiquei preocupado com a sua intervenção no seguinte aspecto: se um produtor de combustível está tirando nota em São Paulo, para uma empresa do Paraná ou Santa Catarina e o produto não sai, a evasão de recursos é enorme.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Segundo o Deputado Germano, hoje supera a 1 bilhão de dólares.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Quais as medidas no sentido da gente evitar isso? Já foi discutido?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Uma delas seria de se eliminar do texto constitucional a imunidade tributária e de se encontrar um mecanismo, também, para se coibir essa diferenciação de alíquotas de um Estado para o outro. As

operações internas têm uma alíquota, as operações externas de um Estado para outro tem outras alíquotas. E, evidentemente, adotar um arcabouço de medidas que viesse a coibir essa prática, hoje, bastante comum de sonegação de tributos. Uma das fórmulas ainda, Deputado Vanhoni, seria a substituição tributária, seria recolher o tributo onde acontece o produção. Por exemplo, na fábrica de cigarro ali se paga o tributo. Na fábrica de cerveja, na fábrica de refrigerante, na usina hidrelétrica onde se gera energia, na refinaria de petróleo, enfim, onde estivesse sendo gerada a produção.

Agora, existem barreiras neste sentido. Porque de certa forma ao se taxar o ICMS no local da produção, poderia privilegiar em demasia os Estados produtores em detrimento dos Estados consumidores. Entendem algumas pessoas que discutem a reforma tributária, que o ICMS deveria ser pago no local de consumo. Isso, evidentemente, é uma outra tese que se defende. No caso, na questão dos produtores agropecuários e na questão da energia elétrica e até mesmo de petróleo e seus derivados, o Paraná teria como vantagem se fosse tributado na fonte. Mesmo na questão dos veículos, mesmo na questão de outros empreendimentos que o Paraná tem. Já que o Paraná é eminentemente um Estado produtor. Na questão da energia o Paraná, hoje, segundo dados que senão me falha a memória, dados que levantamos há 3, 4 anos atrás quando estávamos na Presidência da Assembléia, o Paraná era responsável por qualquer coisa ao redor de 35% de toda a energia elétrica oriunda de rios, produzida através de usinas hidrelétricas, 35% do que se produzia no País.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Porque me parece que o problema não é bem o problema das alíquotas, quer dizer, não se faz a tributação para uma empresa do Paraná ou de Santa Catarina ou de outro Estado em função da alíquota ser mais baixa ou não. Me parece que a evasão de recursos fiscais é que é o objetivo desse turismo que faz o produto, entre aspas. Não seria um crime de sonegação de impostos, como um crime inafiançável, não seria uma solução, uma sugestão?

O SR. ORLANDO PESSUTI

É uma das alternativas que poderá ser proposta a essa comissão que está discutindo e foi o que nos pediu o Deputado Germano Rigoto, que todas as propostas, todas as idéias pudessem ser encaminhadas diretamente pelo Parlamentar ou através do Plenário da Assembléia Legislativa ou através da Presidência da Casa. Ela as receberia e colocaria na sua equipe de estudos. Além do que já antecipou um convite a todos os Srs. Deputados

para dia 21 de junho, 21 do mês que vem, quando estará aqui no Paraná numa reunião que estará sendo promovida pela Federação da Indústria do nosso Estado.

Agradeço o aparte que me fez o Deputado Ângelo Vanhoni e encerro, Sr. Presidente, agradecendo pela brecha que nos deu de falar mais do que o tempo que tínhamos direito e ao final agradeço a presença em nosso meio, dos nossos amigos: o Dulcídio e o Antônio Fais.

O Antônio Fais é meu amigo de antes de eu nascer, porque ele era amigo do meu pai antes de eu nascer lá em Califórnia.

É uma pessoa que nós queremos muito bem, que conhece toda história da nossa vida e participou de toda história política do meu grande guru da política, que foi o velho Natal Pessuti hoje já de saudosa memória. E registro também a presença do Humberto Kuri, sobrinho de um colega meu médico veterinário Zacarias Kuri lá de Piraí do Sul. Meu nobre Nelson Justus, Deputado Plauto que hoje o Humberto vem a esta Assembléia em busca do apoio do Bloco Parlamentar Agropecuário às necessidades que tem o Campus Avançado da Universidade Federal lá em Palotina

Ele é acadêmico do curso de Medicina Veterinária, é dirigente do Grêmio Estudantil, do Diretório Acadêmico lá do Campus avançado lá de Palotina e estão enfrentando uma série de dificuldades em função da própria dificuldade que vive, sabe, Vossa Excelência, Deputado Ângelo Vanhoni, que vive a nossa Universidade Federal do Paraná. Então, ele veio até nós trazer as reivindicações dos acadêmicos de Medicina Veterinária do Campus, lá de Palotina, e nós, na condição de presidente do Bloco Agropecuário, vamos procurar desenvolver as ações positivas necessárias ao bom funcionamento desse curso superior lá em Palotina.

Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, PT, PFL, PSB, PPB, PTB, Liderança do Governo.
(Declinam)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 014/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 30/98, que objetiva a supressão do Art. 59 e seu Parágrafo Único do Ato das Disposições Constitucionais da Constituição Estadual. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROPOSIÇÃO Nº 014/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artigo Único - Ficam suprimidos o Art. 59 e seu Parágrafo Único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 05.05.99.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 174/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Voluntariado de Campo Magro, com sede no Município de Campo Magro e foro em Almirante Tamandaré. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 26, de 14.04.99)

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 184/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Boa Vista, com sede no Município de Guamiranga e foro em Imbituva. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99)

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 185/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Programa de Voluntariado Paranaense de Tomazina, com sede e foro no

Município do mesmo nome. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 28, de 19.04.99)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 191/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Palotina, com sede e foro em Palotina. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 29, de 20.04.99)**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro 60 Alqueires-AM, com sede e foro no Município de Carlópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/99, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que altera o Art. 1º da Lei nº 11.196 de 13 de novembro de 1995. (Utilidade Pública). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 167/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Mariópolis, com sede e foro na Cidade de Mariópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Comunitário São José, Bairro Jardim Graciosa, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro no Município de Salto do Lontra. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 832 de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 836 e 837, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 838, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 839, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 842 a 847, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 848 a 852, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 854, de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 855, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral e Luiz Accorsi, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)
Para Discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 705, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Na ausência do Deputado José Maria Ferreira, temos um acordo que fornecerei essas informações ao Deputado José Maria Ferreira. Então, se Vossa Excelência assim concordar, poderíamos adiar para o dia de amanhã para votarmos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente, adia-se a discussão para o dia de amanhã.

Requerimento nº 602, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, essas informações já prestei ao Deputado Neivo Beraldin, na última quinta-feira. Ou, senão, requeiro para que seja adiado para o dia de amanhã para que com a presença do ilustre Parlamentar possamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Da mesma forma adia-se para amanhã, até porque somente o autor pode retirar o seu Requerimento. Adia-se, portanto, para o dia de amanhã com a presença do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, apenas gostaria de comunicar a esta Presidência e também aos nossos companheiros Deputados de que hoje está de aniversário um grande companheiro desta Casa, o nosso companheiro aqui, o Deputado Duílio Genari. Então, gostaria que Vossa Excelência, através da Mesa Executiva, estendesse aí os cumprimentos ao nosso companheiro Duílio Genari.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, em nome de todos os Senhores Deputados, congratulamos com a data de aniversário do Deputado Duílio Genari.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 181, 188 e 196/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 167 e 175/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 199 e 172/99.

Levanta-se a sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e nove, às 15:00 horas, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, bem como do Senhor Deputado Fernando Ribas Carli, mais a presença do Doutor José Lourenço Bueno, Diretor do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná, e do Doutor Francisco Miguel Roberto Moraes Silva Filho, Diretor do Instituto Médico Legal do Estado do Paraná. Estiveram presentes na reunião o Doutor Marcos Souza, Chefe da Divisão Técnica Criminalística da Capital, e o Doutor José Ricardo Fiedler, chefe da

Divisão Técnica Criminalística de Maringá. Os convidados prestaram esclarecimentos com relação ao funcionamento dos referidos órgãos, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Miriam Ribeiro Percinoto, Secretária da Comissão.

(a) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a Presidência do Senhor Deputado Ricardo Chab, mais a presença dos Deputados Edson Strapasson, Serafina Carrilho e Moysés Leônidas. A seguir o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 46/99, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 47/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Relator Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 3) Projeto de Lei nº 49/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, Relator Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 4) Projeto de Lei nº 53/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, Relator Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 67/99, de autoria do Deputado Nereu Moura e 69/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. 6) Projeto de Lei nº 101/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo. Relator: Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL. 7) Projeto de Lei nº 133/99, de autoria do Deputado Miltinho Puppio. Relator Deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata qua após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária desta Comissão.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
Mirian Ribeiro Percinoto - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Carlos Simões, Antônio Belinati, Cesar Seleme, Durval Amaral, Marcos Isfer e mais os Deputados Valdir Rossoni, Orlando Pessuti e José Maria Ferreira. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 01/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Belinati, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 088/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 054/99 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Concedido vistas ao Deputado Marcos Isfer; 04) Projeto de Lei nº 014/99 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Algaci Tulio - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 204/99 de autoria do Deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 175/99 de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 167/99 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 209/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 199/99 de autoria do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 172/99 de autoria do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 147/99 de autoria do Deputado Antônio Carlos Baratter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 190/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 148/99 de auto-

ria do Deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 127/99 de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura, na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 157/99 de autoria do Deputado Anibal Khury e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 119/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 173/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Senhor Deputado Luiz Accorsi, e contando com a presença dos seguintes Deputados, Hidekazu Takayama, Ângelo Vanhoni, Serafina Carrilho, e Ademir Bier. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos passando-se a Ordem do Dia 01) Projeto de Lei nº 024/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer do Deputado Fernando Ribas Carli FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 052/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Concedido vistas ao Deputado Ademir Bier. 03) Projeto de Lei nº 138/99 de autoria do Deputado Nereu Moura. Com parecer da Deputada Serafina Carrilho FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 085/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Com parecer da Deputada Serafina Carrilho FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

Osmar Prestes - Secretário